

Caio Boucinhas  
Catharina Pinheiro C.  
S. Lima

P

ARQUE PINHEIRINHO D'ÁGUA;  
A LUTA POR RECONHECIMENTO  
E VISIBILIDADE

## INTRODUÇÃO

Um dos legados importantes, no surgimento da cidade industrial, foi justamente, arriscamos dizer, seu contraponto – o florescer de uma espécie de contracultura paisagístico/urbanística, que pôs em pauta a urgência de se repensar em outras bases a relação histórica “ser humano-natureza”. Nas cidades enfumaçadas, a grande densidade populacional e a ausência de políticas sanitárias eficientes causavam doenças e miasmas, vitimando populações, sobretudo o proletariado e famílias mais pobres. Escritores como Charles Dickens (*Hard Times*, 1854) expressaram, com extraordinária capacidade literária e riqueza de detalhes, as condições precárias e pressões sociais sob as quais vivia a população trabalhadora urbana. Porém é justamente nas cidades inglesas, no âmago das transformações culturais do século 19, que brota a ideia de parque urbano, entre cujos princípios fundantes embutia-se o desejo do provimento de espaços ao ar livre, com programas de uso para a recreação, o lazer e práticas esportivas e, ao mesmo tempo, a garantia de cotas de natureza na cidade, sob um ideário de melhoria das condições de saúde das populações urbanas, incluindo a classe operária. É importante também lembrar que, nesse contexto e em consonância com as inquietações e buscas por uma melhor qualidade de vida para os habitantes da cidade industrial, impactados de diversos modos por suas condições insalubres, emerge mais adiante a concepção de cidade-jardim, na visão utópica de Ebenezer Howard (1898).

Dessa maneira, dentro de um ideário fundamentado nos princípios de promoção de saúde para as populações urbanas, incluindo a presença expressiva de elementos naturais e equipamentos de lazer e recreação, foi planejado por Joseph Paxton, construído e aberto ao público, em 1847, o primeiro parque subsidiado por verbas municipais – o Parque de Birkenhead, na cidade de mesmo nome, no norte da Inglaterra.<sup>1</sup>

Em 1850, visitando esse espaço público, Frederick Law Olmsted ficou muito estimulado a levar tais ideias à América do Norte, que igualmente despertava para uma reflexão capaz de encaminhar alternativas mitigadoras dos impactos da industrialização e da urbanização

<sup>1</sup> A palavra “parque” deriva do latim *parricum* – “bosque cercado onde há caça”; “terreno arborizado que circunda uma propriedade”; nesse sentido, é possível afirmar que a ideia de parque é mais antiga, na História, remontando à Mesopotâmia, quando Senaqueribe abriu grandes propriedades ajardinadas, para usufruto de seus súditos.

no território. Foi nesse contexto, nos EUA, que nasceu a ideia de preservação de cotas generosas de ambientes florestais, sob a denominação de parques nacionais e estaduais; nas cidades, a partir da implantação, em Nova York, do Central Park, projeto de Olmsted e Calvert Vaux, deflagrou-se o chamado Movimento Americano de Parques, que propiciou a construção de vários desses espaços públicos, a princípio na região conhecida como Nova Inglaterra e, em seguida, por várias cidades, no território estadunidense.

Na história dos parques paulistanos, o Jardim da Luz comparece como o primeiro parque público, planejado como horto botânico e abrigando, por conseguinte, até os dias atuais, diversidade de flora e fauna. Foi aberto à população em 1825. Mesmo com a introdução de algumas construções, possui uma forte configuração de jardim público, devido a suas origens. Já o Parque Dom Pedro II, projetado por Joseph Antoine Bouvard e inaugurado em 1922, tornou-se, na ocasião, o mais importante espaço de lazer da cidade, com programa bem mais diversificado de equipamentos, inaugurando a imagem prevalente de parque público.

A despeito das singularidades paisagísticas, dimensões e inserções urbanas, é curioso observar como, um século e meio depois da criação do primeiro parque municipal, a paisagem dos parques urbanos guarda similaridades no ideário que os move – a promoção de áreas públicas de lazer, recreação, esportes e convivência, com expressiva presença de elementos da natureza, como vegetação e água. Não raro, é possível estabelecer vínculos fisionômicos e programáticos muito fortes entre parques públicos contemporâneos e aqueles que os originaram na Inglaterra oitocentista, guardadas suas singularidades ambientais, culturais e sociais.

Por sua origem e evolução no tempo, portanto, o parque público parece ligar-se fortemente, no imaginário das populações urbanas, às oportunidades programáticas de lazer e recreação, em paisagem de forte acento naturalístico (quando não pastoral e/ou pitoresco).

Entretanto tem se fortalecido a ideia de que são espaços com funções de preservação e/ou conservação ambiental, balizando políticas públicas e orientando a escolha de áreas. A consciência de que tais parques prestam serviços ambientais importantes também tem ganhado força – parques públicos podem contribuir para a acomodação, percolação e/ou desaceleração das águas pluviais urbanas, podem criar condições microclimáticas mais favoráveis (temperatura, umidificação do ar, barreira de vento etc.), reter material particulado (poluição atmosférica) e, dependendo do caso, influir nas trocas atmosféricas de carbono, entre outros benefícios.

Não raro, esses papéis – preservação ambiental e demandas sociais – são conflitantes. Em muitos parques com suporte biofísico de grande sensibilidade e que acomodam as chamadas Áreas de Preservação Permanentes (APPs), protegidas por legislação federal – nascentes, cursos d'água, brejos, trechos de declividade acentuada e remanescentes florestais, entre outros – com o crescimento exponencial, convergem demandas construtivas por equipamentos sociais diversos – escolas, postos de saúde, postos policiais e mesmo equipamentos recreativos de impacto, tais como *half* de *skates*, quadras poliesportivas ou espaços generosos para campos oficiais de futebol. Esse embate se dá fortemente em regiões periféricas da metrópole paulistana, pelo fato de

ainda possuírem cotas (públicas) de natureza. Ocorre que a pressão por ocupação, decorrente de reivindicações urgentes, leva à ideia de que existem áreas sobrando, de que espaços livres de grande sensibilidade ambiental constituem estoques para provimento de demandas sociais, a serem acomodadas em construções muitas vezes incompatíveis com a fragilidade do suporte biofísico.

O relato que se segue é emblemático desse conflito e conta um pouco da história do Parque Pinheirinho d'Água, um espaço público de grande relevância socioambiental e paisagística, fruto de lutas sociais importantes na periferia paulistana, mas que, até os dias atuais, vê a população de seu entorno reivindicar ações capazes de torná-lo um "parque público de verdade".

## O PROCESSO PARTICIPATIVO DO PARQUE PINHEIRINHO D'ÁGUA

### Histórico

Na região noroeste do município de São Paulo, em área da Subprefeitura de Pirituba/Jaraguá, uma experiência de projeto participativo tem envolvido grande grupo de moradores. Trata-se da continuação de um movimento iniciado há mais de trinta anos, quando setores da população passaram a reivindicar o direito à terra para edificar suas casas (em processo de mutirão). Em fase posterior a esse processo, de que saíram vitoriosos, conquistaram escolas, ruas pavimentadas, drenagem de águas pluviais e transporte público.

Em fevereiro de 2001, em reunião agendada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), a pedido de um vereador e de um deputado estadual – com a presença de funcionários do Departamento de Parques e Áreas Verdes (Depave), parlamentares, moradores, professores de uma "escola de lata" (uma das 50 executadas com estrutura e placas metálicas, em caráter provisório, na gestão Celso Pitta) e lideranças dos movimentos de moradia – solicitaram a implantação de um parque em determinada área do bairro. Tratava-se de um espaço que necessitava ser vigiado dia e noite, pois corria o risco de invasão, e se apresentava com muito entulho, depositado ali "na calada da noite". Era uma área verde pública, com cerca de 250.000 m<sup>2</sup>, de um parcelamento industrial já aprovado, a que se somaria outra área verde, de um conjunto habitacional da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), com cerca de 30.000 m<sup>2</sup>, terreno antes destinado à implantação de 300 apartamentos, projeto inviabilizado pelo fato de lá se encontrarem nascentes significativas.

Quando se questionou se a área poderia servir para novos assentamentos habitacionais, uma vez que a demanda por habitação na Região Metropolitana de São Paulo estava longe de ser atendida, os moradores responderam que não ("morar não é só da porta para dentro") e que havia mais de um ano reivindicavam a implantação de um parque vizinho a suas habitações. Estas, contaram com orgulho, são bonitas, foram feitas em regime de mutirão, com projeto discutido e modificado coletivamente, com recursos do Estado e do Município, e eram fruto de uma luta de 20 anos.

Na época, a área era conhecida como Parque Panamericano. Os moradores, então, sugeriram que o nome fosse modificado, para que o parque não fosse visto

como pertencente a um só grupo, o do bairro Parque Panamericano, com maior representação na reunião. Acolheram a proposta de que eles próprios escolhessem o nome, batizassem o parque nascente, “pois padrinhos e madrinhas são sempre responsáveis pelo afilhado”, e isso poderia contribuir para o estabelecimento de relações de pertencimento e apropriação dos moradores em relação ao espaço verde público conquistado, e também para o fortalecimento da memória histórica coletiva que já marcava aquele lugar.

A partir de então, várias atividades foram se desenvolvendo. Uma comissão de moradores e professores com seus alunos iniciou uma série de visitas aos parques com características semelhantes existentes na região de Pirituba, conversando com usuários e funcionários. Assistiram a algumas reuniões de formação dos Conselhos Gestores de Parques Municipais. Os alunos de uma das escolas – Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Rogê Ferreira -, sob coordenação da professora Nídia Pontushka, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), realizaram Estudos do Meio na área, elaborando levantamentos da história da região, de sua ocupação, da fauna e da flora, documentando-os com relatórios, fotografias, desenhos e maquetes. Deve-se registrar aqui o protagonismo da professora de Geografia, Márcia da Penha Resende que, ao longo de toda essa luta por um parque público, identificou continuamente oportunidades pedagógicas capazes de propiciar aos estudantes condições para a construção de um conhecimento concreto das questões socioambientais pertinentes a seus lugares de vida, conectado a uma visão mais ampla dos processos urbanos.

Moradores, professores e técnicos da Prefeitura, por sua vez, realizaram vistorias da área, que produziram uma lista de sugestões de atividades e equipamentos que gostariam que o parque comportasse, configurando um programa para elaboração dos estudos preliminares: brinquedos para crianças; futebol de campo, de salão e de areia; basquete, vôlei e pistas para *skate*; bosque de leitura; creche; centro de convivência; centro de educação ambiental; área



Alunos em oficina para elaboração de maquete para estudo da área do futuro parque.  
Fonte: acervo *Charrete* 2002.

para piqueniques; lago; proteção da nascente; área para eventos; passarelas e deques sobre o brejo; trilhas e mirantes; local de reuniões e cursos; atividades para idosos; jardinagem.

### O batismo

A escolha do nome foi marcada para um sábado, 12 de outubro de 2001. O evento contou, primeiramente, com uma reunião da comissão julgadora na EMEF Rogê Ferreira e, em seguida, com uma festa na rua e a votação final. Nove escolas se envolveram no processo. A comissão julgadora era composta por representantes dos moradores e dos professores, o subprefeito local, a subprefeita da Freguesia do Ó (subprefeitura vizinha), o diretor do Depave, um vereador e um deputado estadual.

Pinheirinho d'Água foi o nome escolhido, em referência a um córrego de mesmo nome que atravessa o parque e a uma espécie arbustiva que nasce na beira dos córregos da região. Depois da eleição, realizou-se uma festa, com apresentação de grupos locais de música e plantio de mudas de ipês amarelos, rosa e roxos, nas bordas do Parque.

### Caracterização da área

O Parque Pinheirinho d'Água está situado na Subprefeitura de Pirituba/Jaraguá, distrito do Jaraguá, na região noroeste de São Paulo. Essa região se caracteriza por intensa expansão urbana, nas duas últimas décadas, recebendo empreendimentos habitacionais de grande porte, com recursos dos poderes

Córregos que passam pelo Parque Pinheirinho d'Água: 1. Córrego Pinheirinho d'Água; 2. Córrego Poço Grande; 3. Córrego Vargem Grande ou Córrego do Fogo.  
Fonte: Paula Martins Vicente, hidrografia sobre imagem do Google Earth de 2009.



públicos, estadual e municipal, bem como loteamentos industriais atraídos pela proximidade das rodovias Anhanguera e Bandeirantes e pelo Rodoanel, trecho oeste. Nessa região, localizam-se importantes áreas verdes, com a maior concentração de parques da cidade: o Parque Estadual Jaraguá, onde fica o pico de mesmo nome, o Parque Estadual da Cantareira e os parques municipais Anhanguera, São Domingos, Rodrigo de Gasperi, Jardim Felicidade, Cidade de Toronto e, um pouco mais distante, o Parque da Vila dos Remédios; todos estão em terrenos acidentados e apresentam a água como um de seus atrativos, sob a forma de lagos, nascentes e córregos.

A área do parque é atravessada por três córregos: o Pinheirinho d'Água, o Poço Grande e o da Vargem Grande, que nasce nas encostas da Serra da Cantareira; apresenta vegetação de várzea, arbustiva, mata com espécies nativas, bosques de eucaliptos e vegetação em estágio inicial de sucessão. A principal ligação viária para o centro da cidade é a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, antiga Estrada de Campinas, que atravessa grandes áreas vazias aguardando valorização.

A região noroeste, que se configurava como a principal área de expansão urbana da cidade, nas duas décadas anteriores, possuía, até recentemente, características rurais, em processo semelhante ao que ocorreu na Zona Leste da capital, sobretudo na década de 1970. Foi utilizada, nas décadas de 80 e 90, como um imenso manancial de glebas a serem parceladas e ocupadas. Apenas no que diz respeito a unidades novas em conjuntos habitacionais, estima-se que o entorno próximo ao Parque Pinheirinho D'Água tenha recebido, nos últimos 25 anos, a construção de cerca de 15 mil novas unidades residenciais.

## UM PERCURSO DE PROJETO PARTICIPATIVO

### A 1ª charrete

Batismo consolidado, restava desenvolver o projeto que definiria a implantação de um parque, o qual deveria ser, na opinião dos atores sociais envolvidos, fruto da vontade popular, mas com o respaldo técnico ajudando a balizar decisões e construções. Nesse sentido, a população se mobilizou para solicitar a elaboração do projeto ao Departamento de Parques e Áreas Verdes da então Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

No ano de 2002, percebendo a potencialidade da convergência da mobilização popular dos movimentos sociais, escolas e universidades públicas, o Depave (sob direção do arquiteto Caio Boucinhas) convidou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) para elaborar, em conjunto com as forças populares e os técnicos da Prefeitura Municipal, um projeto para o Parque Pinheirinho d'Água.

Assim, desenvolveu-se no âmbito do programa de Pós-Graduação da FAUUSP (Área de Concentração Paisagem e Ambiente) a disciplina Estúdio da Paisagem, coordenada pelos professores Catharina Pinheiro C. S. Lima e Paulo Renato M. Pellegrino, que contou com uma turma de cerca de 30 alunos (mestrandos e doutorandos) e funcionários do Depave, envolvendo arquitetos, biólogos, geógrafos, engenheiros florestais e engenheiros agrônomos.

<sup>2</sup> No século 19, na *École Nationale Supérieure de Beaux-Arts de Paris*, desenvolveu-se um procedimento metodológico no qual professores propunham a seus estudantes de Arquitetura a elaboração de um projeto complexo, que deveria ser realizado ao longo de uma semana, em ateliê de total imersão; ao fim do prazo estipulado, uma *charrette* (a rigor, um carrinho de mão) passava entre os estudantes, recolhendo os projetos que estivessem finalizados. O método, portanto, baseava-se em duas prerrogativas: complexidade temática e prazo curto de realização; para isso, é que se criavam condições capazes de propiciar o desenvolvimento de um trabalho de total concentração, ao longo de uma semana de imersão (dia e noite). No final do século 20, universidades canadenses adotaram esse procedimento, entre suas práticas pedagógicas, introduzindo novas variáveis, tais como: interdisciplinaridade, participação popular e, quando possível, interinstitucionalidade.

Com base em uma experiência de parceria entre comunidade, poder público e universidade, realizada dois anos antes no município de Santo André, em área de mananciais, vislumbrou-se a possibilidade de adoção de procedimento metodológico semelhante – um tipo de ateliê de imersão internacionalmente conhecido como *charrete*.<sup>2</sup>

A disciplina contou também com a participação de consultores que podiam contribuir com os objetivos do trabalho:

- professor Paulo Kageyama, da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), engenheiro florestal, especializado em projetos de recuperação de áreas degradadas, por meio de recomposição de matas nativas;
- professor Henry Sanoff, da Carolina do Norte, EUA, arquiteto com experiência em implantação de prédios coletivos com participação comunitária;
- professora Nídia Pontuschka, da Faculdade de Educação da USP, que coordenou o Estudo do Meio com alunos e professores da EMEF Rogê Ferreira;
- professor Eduardo Oliveira, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp/Bauru), engenheiro sanitarista e coordenador do Laboratório de Águas Residuárias;
- professores Vladimir Bartalini e Vera Pallamin, da FAUUSP, e Ana Fani Alessandri, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP);
- Raul Pereira, arquiteto paisagista com experiência em processos participativos na produção de espaços públicos, nas cidades de Osasco, Diadema e Santo André;
- Nagirley Kessin, arquiteta com experiência em técnicas de processos participativos no estado da Bahia e na Carolina do Norte (EUA);
- Fanny Galender, arquiteta do Depave à disposição da FAUUSP, que coordenou os trabalhos de pesquisa, levantamento de dados e materiais;
- Paulo Cássio Gonçalves, aluno da pós-graduação que incorporou o processo de criação do parque como estudo de caso de sua pesquisa de mestrado.

Alunos da pós-graduação da FAUUSP em aula com o professor Paulo Kageyama.  
Fonte: acervo *Charrete* 2002.



## O desenvolvimento da charrete

De agosto a novembro, os alunos de pós-graduação trabalharam intensamente. Envolveram-se com a população local por meio de pesquisas, conversas, percursos pela área do parque, visitas de moradores à FAUUSP, contatos com lideranças, professores e alunos das escolas do entorno; fotografaram, desenharam, promoveram oficinas de maquetes e desenhos com alunos da rede pública da região.

Uma pesquisa com moradores desse setor urbano, incluindo a favela do Rincão, situada ao longo do córrego da Vargem Grande, contou com a colaboração de 120 alunos da EMEF Rogê Ferreira e trouxe informações surpreendentes, considerando-se o tratamento usual dado aos recursos naturais – canalizar os córregos, derrubar as matas e impermeabilizar o solo. Houve moradores que se posicionaram contra a canalização do córrego que inundava suas casas, trazia lixo e ratos, porque tinham expectativa de vê-lo limpo um dia; outros eram contra a “construção” do parque, temendo que construir significasse mais danos ambientais aos recursos naturais de água, vegetação e fauna, já tão degradados, e pavimentação do solo.

Sob orientação do arquiteto Henry Sanoff, com longa prática em processos participativos na implantação de equipamentos coletivos, foi realizada uma oficina na EMEF Rogê Ferreira, que contou com a participação de mais de 100 moradores, adultos e jovens, e também com a presença e os discursos de parlamentares que apoiavam o movimento. Formaram-se oito grupos, em que se juntavam alunos da disciplina e moradores adultos e jovens, tendo como tarefa discutir e selecionar, a partir de um formulário, quatro objetivos, de uma lista de 19, a serem alcançados com a implantação do parque, e justificar as escolhas.

Um representante de cada grupo apresentou suas propostas. Os quatro objetivos escolhidos foram:

- estimular a coesão social entre os moradores;
- preservar os recursos naturais;
- estimular a participação cidadã;
- criar áreas de lazer e recreação.

Após esse intenso trabalho de três meses – aulas, levantamento de dados, vistorias na área, pesquisa com moradores, reuniões com lideranças, oficinas de maquetes, desenhos e textos com alunos, professores e pais – estudantes da FAUUSP e técnicos do Depave, organizados em quatro equipes compostas de modo a assegurar uma maior interdisciplinaridade, ficaram concentrados por uma semana nas salas de aula, num trabalho de imersão, para produzir quatro propostas para o parque.

Todo o processo de leitura da paisagem possibilitou uma síntese que trazia um desafio de complexa resolução: a demanda por um parque público com intenso, diversificado e “construtivo” programa de usos de lazer, esportes e recreação (desejo manifesto ao longo do processo participativo), e o fato de que praticamente 65% da gleba podiam ser qualificados como ambientalmente sensíveis, protegidos por lei como Áreas de Preservação Permanente. Era preciso, portanto, desenhar propostas que, a um só tempo, acomodassem a demanda expressiva por equipamentos (o que implicaria construções e impermeabilização do solo) e conservassem as condições de grande fragilidade do suporte biofísico (o que demandaria a preservação da integridade ambiental de vários espaços).



Além disso, as propostas de estudo preliminar para o parque deveriam contemplar as demandas da população e as diretrizes do Depave/SMMA:

- atender ao modelo de gestão dos parques municipais;
- incluir um Centro de Educação Ambiental e um Centro de Convivência;
- planejar o uso racional de água e luz;
- valorizar os recursos hídricos, a flora e a fauna locais;
- manter altas as referidas taxas de permeabilidade do solo;
- possibilitar grande diversidade de usos;
- valorizar os percursos de pedestres e ciclistas;
- definir percursos de veículos apenas para manutenção e emergências;
- adotar soluções simples e criativas;
- assegurar um processo participativo em todas as etapas da disciplina “Estúdio da Paisagem”;
- procurar viabilizar as conexões propostas pelo recém aprovado Plano Diretor (corredores verdes e parques lineares).

Nas propostas apresentadas, transpareceram o prazer do ato de projetar e o envolvimento das equipes da charrete no processo. A diversidade e a riqueza de ideias trouxeram uma contribuição poética aos projetos de áreas verdes. As propostas ousadas quanto ao uso da água, o parque-praça, os mirantes, os corredores de flora e fauna das conexões entre áreas verdes, os deques-mirantes abertos para o pico do Jaraguá e a serra da Cantareira, os caminhos palafitados sobre os brejos são elementos que poderiam ser incorporados criativamente no projeto-síntese. Os memoriais reforçaram as propostas de recuperação e valorização dos recursos naturais – nascentes, córregos e vegetação -, e a implantação de corredores verdes conectando o parque Pinheirinho d’Água a outros parques, maciços vegetais e áreas de mineração destinadas à revegetação.

As quatro propostas trouxeram também elementos importantes para contribuir na discussão de projetos de parques públicos na cidade de São Paulo:

- o papel dos parques no sistema de áreas verdes do município, e suas conexões por meio de corredores e caminhos verdes, incorporando, sempre que possível, as áreas ao longo dos cursos d’água;
- os parques como unidades de conservação de recursos naturais, com diversos níveis de uso, desde os intensivos – em quadras, ciclovias, quadras esportivas -, até os restritos, em Áreas de Preservação Permanente, com equipamentos adequados para observação da fauna, e espaços de leitura e pesquisa integrados;
- a importância de estabelecer grande diversidade de usos compatíveis com as funções de um parque público, para afastar usos indesejáveis;
- questionamentos quanto ao fechamento dos parques com gradis, criando longas barreiras entre ruas e bairros;
- os parques como lugares adequados a uma pedagogia de paisagem, de apoio às escolas da região e a atividades comunitárias.

Todo esse percurso de pesquisa e projeto também formou uma ampla base de dados, que, ao longo do tempo, construiu um processo de conhecimento que cruzou teoria com empiria, dados quantitativos com qualitativos, informações objetivas com a apreensão sensível da paisagem por parte dos integrantes da comunidade, do poder público e da universidade. Essa base de dados, durante o

Proposta elaborada pelos alunos da FAUUSP, após as demandas apresentadas pela comunidade; calçadas largas com o gradil recuado, criando praças na borda do Parque.  
 Fonte: acervo Charrete 2002.



semestre, foi sendo assimilada e discutida pelas pessoas envolvidas no processo, sendo impossível descrever, em poucas linhas, a riqueza de insumos, sínteses, prospecções.

Em função disso, as equipes decidiram desenvolver propostas criativas e distintas, porém balizadas por um conceito, acordado por todos, de “parque-praça”, ou seja, evocando o imaginário de parque, no tocante à presença de cotas generosas de natureza, preservando a integridade das APPs, na área mais interior; e consolidando a identidade de praça, na acomodação de funções gregárias e culturais, liberando uma espécie de “borda de atratibilidade”, ao longo de toda a área mais externa do parque.

Na apresentação das propostas, para a população da região e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, foram discutidas as ideias para o programa de usos, que continham soluções de baixo impacto para as áreas sensíveis (passadiços, trilhas, mirantes e observatórios, por exemplo), e, para a praça que margeava todo o parque, a definição de 11 áreas capazes de acomodar usos diversos para as funções de lazer, recreação, esporte e convivência, solicitados pela população no processo (churrasqueiras, campo de futebol, quadras poliesportivas, *half* de skate, áreas de estar etc.). Para isso, foi necessário projetar uma calçada muito larga (que chegava, por vezes, a medir mais de dez metros), que, além de acomodar as funções desejadas, poderia ser um agradável percurso peatonal e cicloviário, acolhido por farta vegetação, predominantemente arbórea (criando um contínuo dossel), com boa iluminação, de sorte que, à noite, quando o parque fosse fechado (exigência do Depave), a borda de atratibilidade continuasse viva e cheia de gente.

Cumprir dizer, ainda, que as percepções, desejos e necessidades, manifestos pela população e comunidade escolar ao longo do processo, foram trabalhados na perspectiva da construção de um conhecimento que tem a força da vontade popular, mas que brota da comunicação entre as partes envolvidas, no que cruza o técnico e o vernacular, o objetivo e o sensível. A troca de repertório foi crucial para os designios do território, e pode-se considerar resultante dessa síntese. O desafio era justamente o de criar um processo participativo de caráter dialógico (e não apenas consultivo, muito menos assistencialista), que propiciasse a construção coletiva de um tipo de conhecimento tão rico quanto a diversidade de olhares, percepções, informações, capacidades, habilidades, expertises e desejos que permeou todo o percurso.

Projeto executivo elaborado com base nas demandas da comunidade e nas propostas dos alunos da pós-graduação da FAUUSP.

Fonte: acervo Raul Pereira Arquitetos Associados.



Dessa troca tão fecunda entre os atores sociais em questão, fez parte a democratização do conhecimento técnico das várias áreas envolvidas. No campo da arquitetura-urbanismo-paisagismo, foram criadas condições para que a comunidade escolar, bem como os demais participantes da população tivessem acesso a um aprendizado que usualmente só se adquire nos bancos e pranchetas das escolas de Arquitetura – da leitura de plantas e noções básicas de topografia, até a organização no espaço dos equipamentos desejados, com o uso de instrumental técnico adequado. Esse conhecimento adquirido tem potencial para se tornar forte aliado político, como ferramenta de luta por conquistas sociais importantes, equalizando relações de poder; ao contrário, o desconhecimento desse instrumental, restrito aos técnicos, enfraquece a argumentação popular, podendo levar à legitimação de decisões que parecem, entretanto, fruto de processos coletivos.

As quatro propostas foram apresentadas em painéis e discutidas com a população na EMEF Rogê Ferreira; em seguida, uma exposição itinerante com os referidos painéis percorreram as escolas públicas que circundam o parque, para que mais pessoas pudessem ter acesso e discutir o que estava sendo proposto.

Em novembro, na finalização do semestre letivo e para efetuar a síntese de um processo já capilar (no que se refere à inclusão de diversos atores sociais), foram definidos representantes das partes envolvidas: comunidade escolar, população em geral (com presença dos movimentos sociais), técnicos do Depave e universidade. De posse do conhecimento que todo o processo produziu, esse grupo (cerca de 40 pessoas) reuniu-se no edifício da Pós-Graduação da FAUUSP, para definir o programa final de usos. Como ainda havia muitas visões díspares, sintetizou-se, sobre um gigante papel kraft na lousa: “o que a **população** deseja”, “o que a **universidade** propõe”; “o que é “exequível para a **Prefeitura**”. Depois de amplo debate, onde trocas, supressões, acréscimos e concessões foram feitos, delineou-se em conjunto o programa do parque. Esse documento síntese foi entregue ao Depave, e técnicos que haviam participado do processo fizeram um anteprojeto, depois encaminhado ao escritório do arquiteto Raul Pereira, para desenvolvimento do projeto executivo, que também contou com participação de representantes sociais ao longo de sua elaboração.

## Tensões e conflitos políticos no caminho

É muito comum que processos participativos para tomada de decisões sejam permeados de conflitos e contradições entre os atores sociais envolvidos; entretanto, até o princípio da elaboração do projeto executivo, o processo transcorreu dentro de um clima relativamente tranquilo, em que divergências diziam respeito a conteúdos programáticos e localização de equipamentos, entre outros facilmente contornáveis. Talvez tenha havido, mesmo, um esforço supradisciplinar, suprapartidário, egresso de uma vontade coletiva de se construir um espaço democrático, onde as pessoas envolvidas se sentissem contempladas e que coroasse, por fim, a luta de uma década da população local por reconhecimento de direitos tão fundamentais – à cidade e, por que não dizer, à paisagem?

Porém, em meio ao processo de elaboração do projeto executivo, um outro cenário começou a se descortinar, a partir da substituição da titular da pasta municipal do meio ambiente por outro secretário, de outro partido político. Antevendo a vulnerabilidade das conquistas populares e temerosos de que promessas políticas pudessem ser alteradas ou esquecidas, a população, com forte presença da comunidade escolar, fretou dois ônibus e seguiu rumo à SMMA, para uma audiência com o novo secretário, o qual, recém empossado, pouco conhecia do projeto e menos ainda do processo. Crianças de 7ª série da EMEF Rogê Ferreira que, ao contrário, não só haviam participado dessa luta, como também conseguiam ler as pranchas do projeto, mostraram segurança nas reivindicações, evidenciando um conhecimento adquirido ao longo de sua participação no processo de criação do parque. Em função dessa relação desequilibrada – em que crianças conheciam mais do assunto do que os representantes do poder público recém empossados -, a reunião foi dada como oficialmente encerrada.

O parque foi implantado parcialmente e com muitos problemas e alterações no projeto executivo. Somente quatro das 11 áreas previstas foram construídas, e, o mais prejudicial, a “borda de atratibilidade”, carro-chefe do projeto, sequer foi considerada; em seu lugar, construiu-se uma calçada estreita, comprometendo a coroação de todo aquele processo de participação popular. Sem essa praça lindeira – envoltória das áreas sensíveis – e com a precária manutenção do parque, que, entre outros problemas, deu margem ao crescimento excessivo de vegetação invasora – um tipo de capim conhecido como capim-colonião, que chega a 2,5 m de altura -, consolidou-se, para a população da região, uma imagem de terreno ermo, baldio, abandonado, cercado por um gradil, o que dificulta, em vários pontos, a visão de perspectivas internas.

Aos poucos, o parque foi se tornando, no imaginário, um local abandonado e perigoso (inclusive pela ocorrência de assassinatos em seu interior), salvo onde foram construídos alguns equipamentos, como o campo de futebol, que apresenta problemas de gestão, e o Centro de Educação Ambiental, que abriga reuniões do Conselho Gestor, exposições, cursos e outras atividades. Isso revela, de parte do poder público, durante dois mandatos, o descaso total por um processo legítimo e democrático e, pior ainda, o não reconhecimento do direito de populações periféricas de baixa renda a áreas públicas de qualidade.

Um segundo momento conflituoso e que ratificou a fragilidade do processo em curso, teve lugar por ocasião da eleição municipal de 2004.

Ocorre que a EMEF Rogê Ferreira, como foi dito anteriormente, funcionava em instalações metálicas provisórias, sob condições precárias e insalubres de conforto térmico, sendo desejo legítimo da população a construção de um edifício permanente e de alvenaria. Para cumprimento de uma promessa de campanha, a Prefeitura decidiu remover as chamadas “escolas de lata”, para construir equipamentos escolares adequados. Nada mais justo.

O problema é que, usualmente, a municipalidade, ante a ausência de próprios públicos, vê nos espaços livres (praças, parques, entre outros) “estoques de terra” para a construção de edifícios. Na metrópole paulistana, esse é um dos fatores que tem contribuído para a redução quantitativa e, não raro, qualitativa de tais espaços.

Assim, a Prefeitura aventou a possibilidade de construir a nova EMEF Rogê Ferreira justamente em um dos portais de entrada do parque, local que, por descortinar bela perspectiva, era paisagisticamente muito importante e facilitava condições locais de visibilidade, contribuindo para a percepção coletiva da existência do parque.

Dois meses antes das eleições municipais, a Secretaria Municipal de Educação convocou uma assembleia, para deliberar sobre o assunto. A mesa era composta por representantes da Secretaria de Educação, pelo novo diretor do Depave e pelo próprio subprefeito de Pirituba/Jaraguá, entre outros agentes do poder público.

Posicionamentos contraditórios emergiram, na conturbada assembleia, não apenas por parte dos órgãos públicos envolvidos, como da própria população: o mesmo movimento social que havia conservado a gleba do parque por dez anos, preservando-a de ocupações (muitas vezes dos próprios companheiros de lutas pela moradia), zelando pelo terreno e coibindo ações predatórias (como a deposição de entulho), decidiu pela construção da escola no terreno do parque, em local para o qual todos haviam definido outros usos, incluindo uma espécie de “terreiro” (denominação dos próprios moradores do entorno), que homenagearia “os homens que haviam lutado pela criação do parque”.

Isso ocorreu, entretanto, pela cooptação feita por agentes do poder público, os quais deixaram claro que, se a população quisesse escola, teria de ser no



Projeto elaborado para área de um terreiro para o lazer da população e EMEF Dep. Rogê Ferreira construída exatamente sobre a área do terreiro projetado.

Fonte: acervo Raul Pereira Arquitetos Associados e Google Earth de 2012.

terreno do parque. Na negociação, representantes da FAUUSP e alguns arquitetos do poder público propuseram outras alternativas – mais laboriosas e que levariam mais tempo, mas todas viáveis. Entretanto, às vésperas da eleição municipal, as autoridades acabaram por direcionar a reunião para o desfecho já programado, com táticas retóricas manipulativas.

O aspecto mais nefasto dessa história, além do desrespeito ao processo democrático, é que a população foi colocada em uma situação em que ela tinha de optar por um dos direitos, em detrimento do outro. É como se, nas entrelinhas, estivesse posto que pessoas de classe social mais baixa só pudessem ter “ou escola ou parque”, e não “escola e parque”, como os representantes da FAUUSP tentaram argumentar. Na premência por atender a necessidades básicas e diante da barganha imposta, a parcela da população presente na reunião optou pela escola dentro do parque, em cima da “praça-terreiro” e a menos de 15 m da margem do córrego Pinheirinho d’Água, ou seja, em terreno de APP, contrariando a legislação ambiental.

Representantes da FAUUSP, ante essa situação de imposição, argumentaram a favor da elaboração de um projeto especial de edificação, considerando as singularidades socioambientais envolvidas. A proposta era a de se implantar um edifício sobre pilotis, para assim permitir desfrutar a paisagem, e que pudesse ser aberto em finais de semana, para usufruto da população, com possibilidade de uso das quadras da escola. Infelizmente, essas ideias foram levadas em consideração apenas parcialmente, e a escola foi edificada, constituindo mais uma barreira visual e física para o parque.

Devido a tantos percalços, o que inclui ainda uma dotação orçamentária insuficiente para manutenção adequada, a “privatização” de espaços por segmentos da população, e a falta de iluminação e segurança, o parque continua tendo frequência baixíssima, sendo que muitas pessoas, quando perguntadas sobre a localização do parque Pinheirinho d’Água, sequer sabem da sua existência, ainda que residam no entorno.

Ante essas dificuldades, a FAUUSP, por meio de seu Laboratório Paisagem Arte e Cultura (Labparc), continuou acompanhando o processo, realizando pesquisas e projetos com grupos de extensão e cultura. No ano de 2011, as estudantes de graduação Paula Martins e Vanessa Kawahira, por solicitação do Conselho Gestor do Parque, elaboraram, como trabalho de extensão universitária o *as built* e um diagnóstico das suas condições biofísicas e sociais, incluindo pesquisa de opinião e a aplicação de questionários à população do entorno, em trabalho conjunto com o chamado Projeto Educom (uma espécie de projeto pedagógico especial, em que professores e estudantes trabalham diversas linguagens e mídias), na Escola Municipal Leonel Franca, localizada nos arredores do parque. Esse trabalho já foi apresentado a vários grupos, em reuniões convocadas pelo Conselho Gestor e em outros fóruns, tendo se tornado um precioso banco de informações sobre as atuais condições do parque, bem como de registros das percepções da população do entorno. Adicionalmente, as referidas estudantes, em função do seu envolvimento pessoal e político com as questões do parque, e movidas pelos desafios projetuais que este propunha, decidiram fazer seus trabalhos finais de graduação tendo o Pinheirinho d’Água como temática.

Vanessa Kawahira tomou como tema a ideia de um **parque-escola**. Sua pergunta-problema era: como potencializar os atributos biofísicos do parque,

criando condições e equipamentos de baixo impacto, para que ele se torne também um grande laboratório de pesquisa, sem comprometimento de suas funções de lazer, recreação e fruição? Como fazer ciência com paisagem era uma de suas provocações projetuais. As dimensões objetivas da investigação científica se mesclariam, assim, à apreensão sensível da paisagem. Para isso, seu projeto criou, por exemplo, condições para a fruição das áreas brejosas, instigando à observação da enorme diversidade botânica dessas áreas, o que poderia contribuir para a reversão do nefasto conceito, egresso da cultura sanitarista do século 19, de que brejos e áreas pantanosas constituem ambientes insalubres para a fruição humana.

Por sua vez, Paula Martins optou por enfrentar o tema da criação de uma **escola-parque**, tendo como desafio o projeto de espaços capazes de otimizar a relação física e pedagógica da EMEF Rogê Ferreira com o parque.

Nesse sentido, buscou convergir ideias para enfrentar os contornos tão duros de uma realidade para a qual cabe a analogia de um manancial represado: de um lado, uma grande gleba cheia de potencialidades de usufruto sociocultural, capaz de atender às várias demandas já suficientemente evidenciadas, e de outro toda uma situação nefasta de cerceamento e deterioração, impeditiva de uma apropriação popular plena.

### A 2ª charrete – O projeto da escola-parque

No ano de 2011, tentando superar a traumática experiência da construção da escola – irregular, no sentido do impacto ambiental na APP, e antidemocrática, já que apenas uma pequena parcela da população convocada pelas autoridades esteve presente na referida reunião – o Labparc-FAUUSP reuniu-se com a diretoria da Escola Rogê Ferreira, para retomar essa tão promissora parceria entre escola e universidade.

Felizmente, o diretor da escola, professor Fernando José Mendonça de Araújo, juntamente com a vice-diretora, Aparecida Costa dos Santos, e as coordenadoras pedagógicas Elizabeth de Toledo e Silva e Sinara Maria Simonetti Pavan revelaram-se bastante motivados a desenvolver um projeto com a participação de toda a escola e com o propósito de articular relações pedagógicas mais estreitas entre a escola e o parque. Atualmente, como se disse, tais relações são ainda muito frágeis, a despeito do entusiasmo da comunidade escolar, como um todo; entre outros aspectos, a escola encontra-se de costas para o parque, e há um gradil separando os dois, por questões de segurança. Em reunião entre a equipe do Labparc e coordenadores, no final de 2011, delineou-se a ideia de desenvolver, com a escola, o projeto de uma “escola-parque”.

A proposição nasceu do desejo de identificar as extraordinárias oportunidades de uma escola pública, ela mesma um celeiro de possibilidades pedagógicas, em sua convivência com um parque público, ele próprio um belo manancial de atributos e fenômenos naturais e antrópicos, capazes de fornecer riquíssimo material de ensino e pesquisa. Além disso, pretendia-se, com o projeto, oferecer condições para fruição da paisagem, para a apreensão sensível, estética e poética desta por crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, e não raro em risco social, e que, em sua maioria, nunca tiveram acesso a um parque público, embora, paradoxalmente, frequentem uma escola construída dentro de um.

Alunos da EMEF Rogê  
Ferreira desenvolvendo  
trabalhos durante a  
*Charrete 2012*.  
Fonte: Paula Martins  
Vicente.



Entretanto a condição fundamental para o desenvolvimento de um projeto pluridisciplinar, capaz de articular os campos da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo nas disciplinas da grade curricular da escola, deveria ser a adesão plena, não apenas da diretoria – que contava com educadores egressos da melhor tradição freireana – mas também dos professores de matérias de áreas tão diversas do conhecimento.

Foi um trabalho que não encontrou resistências para sua consecução, embora os envolvidos no processo tenham manifestado muitas vezes a insegurança natural diante do novo. O arquiteto paisagista Raul Pereira realizou oficinas prévias de sensibilização, utilizando dinâmicas e técnicas diversas, com a participação de todos os professores da escola. Ao lidar com a dimensão subjetiva, afloraram sentimentos e percepções valiosos, que foram discutidos e trabalhados, rumo a um envolvimento pleno da comunidade docente.

Foi um trabalho desenvolvido a muitas mãos: dois diretores, duas coordenadoras pedagógicas, 1200 estudantes, incluindo o grupo do período noturno da Educação de Jovens Adultos (EJA), e membros do Labparc (estudantes, professores e consultores). Durante a última semana de março de 2012, a escola parou suas atividades usuais e mobilizou-se na realização da nova charrete, com vistas à elaboração de um projeto capaz de transformar a EMEF Rogê Ferreira em uma escola-parque.

Mas que conceito de escola-parque estava em discussão? Como parte do processo de diálogo com o corpo docente e preparação para a realização da charrete, professores, diretores e coordenadores pedagógicos fizeram leituras prévias e discutiram textos do educador Anísio Teixeira, sobre sua visão de escola-parque, conceito progressista cunhado na década de 1960. Apesar das afinidades político-ideológicas com o pensamento desse educador, ficou claro, para todos, que se estava diante de outra realidade, com especificidades e desafios próprios, que demandariam novas formulações, novos conteúdos programáticos e novos desenhos. A ideia-força capaz de balizar o trabalho era precisamente o que se buscava com a adesão massiva da escola – que as próprias crianças e adolescentes, juntamente com seus educadores, ao vivenciar a paisagem do parque e ter acesso ao repertório, instrumental e competências técnicas do campo da arquitetura, pudessem decidir sobre que conceito e projeto de escola-parque queriam.



Buscou-se ainda criar, ao longo da semana, procedimentos metodológicos que acomodassem uma agenda capaz de orientar os trabalhos da charrete: visitas de campo e trabalhos na escola que fossem flexíveis, no que diz respeito à forma como cada educador conduziria sua turma. O objetivo era claro, mas o processo deveria acolher alterações mais oportunas que se fizessem necessárias; nesse sentido, professores, estudantes e coordenadores mostraram-se bastante criativos na elaboração de exercícios não previstos.

A charrete mobilizou toda a escola, criando um clima alegre e solidário durante a semana, percepção corroborada pelos educadores. Os professores e coordenadores pedagógicos relataram também a pertinência da movimentação do corpo da criança e do adolescente, muitas vezes sitiado pelo próprio espaço escolar. Ao longo do processo, os estudantes circularam pelas salas e pelos diversos espaços da escola e saíram para derivações pelo parque com seus professores. Estes últimos relataram ainda as condições favoráveis para o desenvolvimento de trocas interdisciplinares, quando um professor pedia a colaboração de um colega de outra matéria, para elucidação de novos conteúdos e abordagens.

A semana terminou numa grande festa em dois turnos, com exposição de desenhos, fotos e maquetes, mas também com a apresentação de músicas, danças, leitura de poemas, depoimentos, performances, entre outras formas de manifestação artística.

O resultado foi muito além da expectativa inicial, em termos quantitativos e qualitativos: foram produzidos 2.225 desenhos, além de centenas de textos, poemas etc.

As estudantes Paula Martins e Vanessa Kawahira recolheram todo esse material, sistematizando as informações produzidas das quais resultaram quadros-síntese de percepções e demandas das crianças e dos jovens.

A reflexão sobre esse acervo de informações objetivas e sensíveis permitiu (e ainda permite) leituras valiosas sobre a percepção dos estudantes da escola no que tange ao imaginário de parque.

Na sequência das demandas urgentes (brinquedos, equipamentos de lazer), observou-se um imaginário de “natureza”, expresso na manifestação do desejo por



Trabalhos desenvolvidos pelos alunos da EMEF Rogê Ferreira durante a *Charrete* 2012.  
Fonte: Paula Martins Vicente

árvores, flores e água. Também evidenciou-se uma visão prospectiva que, em nossa opinião, avança para além da expressão do desejo e manifesta um conhecimento que foi sendo incorporado pelos estudantes na semana da charrete: o de que áreas ambientalmente sensíveis no espaço urbano podem e devem ter acesso público, desde que, um adequado e igualmente sensível projeto, proponha usos e estruturas compatíveis à fragilidade desse suporte ecológico. Assim, os estudantes referendaram propostas elaboradas antes pelos técnicos da 1ª charrete (trilhas, mirantes e observatórios de pássaros) e avançaram, de forma criativa, em desígnios que não haviam sido cogitados: observatórios de estrelas (com desejo de uso noturno do parque), tirolesas (em entendimento do que a topografia permite) e estruturas para a prática do arborismo (o que implica caminhos suspensos, que não impactam o solo). O recado estava dado pelos jovens: “é viável brincar na APP, com brinquedos que não impactem o ambiente; trata-se de uma questão de sensibilidade de projeto, e não de restrição impeditiva de uso”.

É importante lembrar que a charrete da escola-parque sempre teve o objetivo de atuar na continuidade de um processo participativo da comunidade escolar, em torno dos temas do parque. O surpreendente, entretanto, foi a demanda pela utilização desse procedimento metodológico para outros projetos pedagógicos da escola, como se o “atelier de imersão de prazo exíguo” ensinasse (segundo depoimentos da direção da escola e de professores) um formato de procedimento pedagógico promissor. Observou-se também o potencial que a atividade projetual enseja: os estudantes ficaram entusiasmados ao utilizar o instrumental da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; não por acaso, diversas crianças e adolescentes manifestaram o desejo de se tornarem arquitetos.

Todo esse material, sistematizado por Vanessa Kawahira e Paula Martins, forneceu a esta última insumos para o desenvolvimento do projeto da **escola-parque**, em seu trabalho final de graduação, que sintetizou a vontade popular, acrescentando sua própria contribuição projetual, com o repertório do campo da Arquitetura.

Na dialética da história do parque, como exposto, há avanços e reveses, fluxos progressistas e retrocessos conservadores, consensos e diálogos, mas, também, conflitos e contradições. Assim, uma semana após o término da segunda charrete, perpetrou-se um crime ambiental de graves proporções: durante três dias, dezenas de caminhões adentraram o parque lançando toneladas de terra e entulho de construção civil sobre nascentes, córregos, brejos e outras áreas úmidas (em um setor conhecido como “ferradura”, em que a Sabesp construía obras de tratamento de esgoto), à revelia do Conselho Gestor do parque e sem o conhecimento de seu administrador. Esse impacto ambiental de grandes proporções foi denunciado pelo Conselho Gestor no Ministério Público e também por meio de várias mídias (televisiva, inclusive). O MP reconheceu o crime, apurou as responsabilidades e intimou a atual Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente a aplicar a multa cabível; o dano ambiental, entretanto, ainda não foi remediado.

Por outro lado, encontra-se cada vez mais sólida a parceria entre universidade (via Labparc), escolas da região e Conselho Gestor do parque, com vistas a projetos conjuntos. Entre eles:

- continuidade do projeto da escola-parque, rumo ao desenvolvimento de projeto político-pedagógico da escola e também projeto executivo junto ao Depave e outros órgãos públicos;

- inclusão do tema “Parque Pinheirinho d’Água” no currículo das escolas públicas no entorno do parque;
- formação de professores e jovens lideranças ambientais, por meio de cursos e oficinas;
- trabalhos conjuntos com o Conselho Gestor do parque – atualmente, a formulação de uma agenda de promoção de outras áreas para práticas esportivas, a fim de desonerar as áreas sensíveis do parque no atendimento a essas demandas. A ideia é a de reivindicar, junto ao poder público, um sistema de espaços livres públicos, para provimento de áreas esportivas, em regiões de extrema carência.
- desenvolvimento da pesquisa “Fenomenologia e paisagem: espaços de transitividade”, com professores e estudantes da EMEF Rogê Ferreira e financiamento da Fapesp;
- retomada, para atualização, do Projeto do Parque como um todo, com a participação do Conselho Gestor, poder público (Depave-SVMA e Subprefeitura de Pirituba/Jaraguá) e representantes da população, entre outros atores sociais.

## SÍNTESES E DESAFIOS

Uma reflexão que aprofunde o processo dialético que gera e sustenta o Parque Pinheirinho d’Água encontra consonância com tantas outras histórias de conquistas e perdas sociais na periferia das metrópoles brasileiras guardadas suas singularidades, para não incorrerem em generalizações. Trata-se, em seu âmago, de uma luta por reconhecimento de direitos sociais inalienáveis, expressos em leis federais, tão justas e sofisticadas como o Estatuto da Cidade, e que, na prática, não encontram ressonância, não se efetivam.

Segundo Pallamim (2004, p. 55), “a expressão ‘política do reconhecimento’ – enquanto corrente da política contemporânea diretamente voltada para tais lutas – foi introduzida no debate atual pelo filósofo canadense Charles Taylor, em seu ensaio homônimo de grande repercussão, publicado em 1992”. Para esse autor,

*[...] nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento “errôneo” por parte dos outros, de modo que uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer reais danos, uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes devolverem um quadro de si mesmo redutor, desmerecedor ou desprezível. O não reconhecimento ou reconhecimento errôneo pode causar danos, pode ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida ou redutora. [...] O devido reconhecimento não é uma mera cortesia que devemos conceder às pessoas. É uma necessidade humana vital. (Charles Taylor apud PALLAMIM, 2004).*

No caso da região periférica Pirituba/Jaraguá, a exemplo de tantas outras situações em São Paulo, é como se uma nuvem espessa eclipsasse a paisagem de um setor da cidade – uma espraiada borda nas fronteiras da metrópole, à margem das possibilidades de uma vida digna com qualidade.

Essa condição de invisibilidade oculta as situações adversas de um cotidiano duro e precário, que só não é muito pior porque o “homem ordinário” (CERTEAU, 1996) o reinventa com artimanhas e apropriações criativas, necessárias à sobrevivência, em última análise, de sua própria humanidade, além de lutar, de forma organizada ou não, por seus direitos. Assim, a periferia é invisível aos olhos de políticas públicas mais justas, o que motiva a percepção por moradores da região de que, do ponto de vista do poder público, “a periferia não é lugar, e pobre não é gente”. Dessa forma, se até mesmo o reconhecimento tão básico do direito à moradia encontra-se longe de ser contemplado, em termos quantitativos e qualitativos, como introduzir e lutar por pautas aparentemente “mais sofisticadas” como o direito ao parque, ao lazer, ao espaço livre público, à paisagem?

Cabe, neste momento, a reflexão de Eugenio Queiroga (2012, p. 213-14):

*As paisagens se constituem em elemento identitário público de diferentes grupos sociais, com significados distintos para cada um, seja na escala dos lugares e das regiões, seja de maneira abstrata e simbólica, na escala do território nacional. O direito à paisagem não pode ser encarado como algo a se conquistar somente depois que se satisfizerem direitos mais elementares, como os relacionados à moradia, educação e saúde. A qualificação da paisagem integra a melhoria do habitat e do ambiente, bem como potencializa o maior uso dos espaços públicos, relacionando-se, portanto, às questões da habitação, educação, saúde, ambiente, enfim, à qualidade de vida. A desqualificação das paisagens deveria indignar os cidadãos, incitando-os contra tais atitudes seja de pessoas, seja de empresas e instituições. No entanto, isso é prática pouco comum no país, até há poucas décadas rural, pouco alfabetizado e que só no século 21 viu sua população tornar-se majoritariamente de renda média (média-baixa, sobretudo). Importante iniciar ações de conscientização sobre a relevância (pública) da paisagem, sobretudo dos lugares, pois são os subespaços de maior apreensão e experiência cotidiana.*

Reside aqui um importante desafio, dentre tantos, na luta por outro tipo de reconhecimento: o das próprias comunidades habitantes da periferia, quanto a seu direito por agendas públicas que, de forma mais responsável e ética, considere a abrangência do significado do morar, que não se restringe à moradia básica e nem é só “da porta para dentro”, como foi dito pelas próprias lideranças do Movimento de Moradia. Não que elas (as comunidades) ignorem essa pauta; afirmar isso significaria, no mínimo, subestimá-las; ao contrário, são inúmeras as reivindicações por outras demandas, da escola ao parque. A questão é que, diante de necessidades urgentes e vendo-se impelida a negociar para o estabelecimento de prioridades de sobrevivência, a população da periferia encontra-se, na barganha política, na obrigação de optar por uma das reivindicações, para não ficar sem nenhuma, o que concorre para um imaginário de que o atendimento a prioridades tão básicas inviabiliza as outras, que parecem, então, secundárias.

Foi essa a mensagem passada pelos agentes do poder público, ao intimar a população a optar por “escola ou parque”. Reverter no imaginário popular essa percepção constitui-se um grande desafio para militantes e estudiosos dos movimentos sociais.

Por outro lado, a disputa pelo território, pela população local, nunca esteve tão acirrada. Moradores da região de Pirituba/Jaraguá relatam a supressão de cerca de 11 campos de futebol, nos últimos cinco anos, o que motiva a reivindicação de mais espaços para práticas esportivas em áreas ambientalmente insustentáveis do Parque Pinheirinho d'Água.

O processo de apuração do referido crime ambiental segue seu curso, nos morosos trâmites jurídicos e burocráticos, e em função dessa lentidão e sem a aplicação de medidas de remediação ambiental da área onde o crime foi perpetrado, vegetação invasora, no momento, coloniza as planícies de terra e entulho criadas pelo aterro, descaracterizando as nascentes e demais áreas úmidas. Isto provoca, no imaginário popular, a visão distorcida de que naquele lugar há terrenos disponíveis para edificação de equipamentos esportivos, entre outros. Há, inclusive, uma iniciativa descabida que pretende formalizar, junto à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, o pedido da construção de equipamentos esportivos “em cima do crime ambiental”.

Trata-se de uma luta contínua pela ocupação do território, o que, dado o descaso do poder público na mediação dos conflitos e garantia de um parque que compatibilize cidade e natureza, acaba por situar, em trincheiras opostas e excludentes, os que reivindicam o uso do solo para a construção de equipamentos comunitários, e os que defendem a adequação desses usos à sensibilidade ambiental da área. Sem políticas de provimento de equipamentos públicos em uma perspectiva mais sistêmica, que identifique, na região, áreas passíveis de acomodar construções pesadas e impermeabilizantes (o que poderia incluir os terrenos livres de pedreiras desativadas), o ônus construtivo pesa sobre o Pinheirinho d'Água, ratificado pela imagem de espaço ermo, abandonado e com “muita área livre” disponível.

É fundamental, ainda, que se reconheça a legitimidade da representação popular do Conselho Gestor do Parque, eleito democraticamente pelas comunidades moradoras da região. Neste momento, a despeito de seus esforços e relevantes serviços prestados, sofre também dessa crise de reconhecimento.

Por sua vez, a participação verdadeiramente democrática da população em processos de projetos que vão afetar diretamente seu cotidiano, com suas contradições e dissensos, é de fundamental importância para o exercício e a consolidação da esfera pública.

*[...] esses embates por direitos e justiça social, vinculados a construções comunitárias, dependem de ações coletivas que se imprimem no espaço público objetivando transpor limiares que impedem a participação paritária na vida em comum. Embora sem garantias, neles residem as reais possibilidades de avanços sociais, uma vez que contribuem para a redefinição constante dos sentidos do bem-estar moral e dos contornos do que é público. (Pallamim, 2004, p. 61)*

Por outro lado, ela será tão mais rica, quanto mais seja capaz de se apropriar de conhecimento técnico, e ainda mais consequente, se esse conhecimento nascer de uma construção coletiva, respeitadas as individualidades. A participação tornar-se-ia, ela mesma, uma prática pedagógica no tempo em que atores sociais tão distintos aprendem mutuamente. Aqui residem extraordinários desafios para a universidade, não só no exercício de socialização de saberes, mas aberta à construção de outro tipo de conhecimento, que se forja na amálgama de teoria e

prática e brota nos e dos lugares de vida. É preciso ainda que ela reconsidere criticamente os pilares que a sustentam – o ensino, a pesquisa e a extensão -, e que operam de forma fragmentada e elitista, com o agravante de que aquilo que é considerado como “extensão universitária”, por vezes, mais se assemelha a um adendo necessário para justificar sua função social, não constando entre os parâmetros mais importantes para avaliação da produção acadêmica:

*[...] a “abertura ao outro” é o sentido profundo da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida se assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino. (SANTOS, 2001, p. 225)*

Todo esse processo tem ainda constituído uma verdadeira “escola” para os que dele participam, com ganhos inestimáveis para a formação do arquiteto. O conhecimento que se forja na prática e alimenta a teoria propicia uma riqueza de percepções e aquisição de outros conteúdos e abordagens, além de um exercício do campo da política, impossível de ser feito na limitação dos bancos e pranchetas universitários.

O projeto participativo na produção do espaço público constitui, em última análise, um processo pedagógico, em que há uma troca permanente de conhecimentos, com ganhos inequívocos para quem com ele se envolve. O educador Paulo Freire fundamenta essa visão, ao afirmar que as relações entre educação, enquanto processo permanente, e a vida das cidades, enquanto contexto, não apenas acolhe a prática educativa como prática social, mas também se constitui, por suas múltiplas atividades, em contextos educativos em si mesmos. O pensamento de Paulo Freire embasa o projeto Cidade Educadora, desenvolvido na prefeitura de São Paulo, de 2002 a 2004, em que as relações da comunidade escolar – alunos, professores e pais – com a cidade, os percursos casa-escola e seus entornos são a base do programa pedagógico. Ruas, praças, parques, escolas, centros esportivos e culturais, e as áreas de proteção ambiental, públicas ou privadas (mas de interesse coletivo, pois asseguram a proteção dos mananciais de água e a qualidade do ar) compõem uma rede de espaços públicos que qualificam a vida na cidade e podem acolher ou segregar os moradores.

Os contextos urbanos em que esses espaços se inserem apresentam diversidade, complexidade e variabilidade, que deveriam ser apreendidas profundamente, porque um projeto aberto à participação da sociedade

*não é aquela que nos oferece imagens moldadas a partir dos devaneios da imaginação, mas aquela que oferece ao imaginário social pontos de apoio para a manifestação de suas utopias, vinculando a transformação da paisagem à atuação de toda a sociedade. (LEITE, 2001, p. 12)*

Toda essa história de lutas testemunha dissensos e contradições, mas também consolida sínteses e potencialidades.. Aponta, por fim, para o desafio de se construir uma cultura paisagística tecnicamente fundamentada e ao mesmo tempo deflagradora de sensibilidades e afetividades que avancem no sentido de superar

uma consciência ambiental puramente pragmática ou demandas meramente utilitárias.

O Conselho Gestor do Parque Pinheirinho d'Água tem apresentado e recebido novas demandas. Devido à presença do parque, verifica-se uma mudança nos projetos de ocupação imobiliária – áreas vizinhas antes destinadas a indústrias estão sendo ocupadas por condomínios residenciais, cujos moradores repetem e reforçam as demandas de 30 anos atrás, buscando novas parcerias na busca de atendimento a seus direitos por espaços públicos saudáveis, acolhedores, seguros e bonitos. A história continua.

## REFERÊNCIAS

- PALLAMIM, Vera. *Espaço Público: o conceito e o político*. Espaço e debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos, vol. 25, nº 46, Julho de 2004.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1996.
- QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo – resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. Tese de livre Docência, FAUUSP, 2013.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo, Editora Cortez, 2001.
- PEREIRA LEITE, M. A. F. *Uma história de movimentos*, in Santos, M. e Silveira, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI, São Paulo, Record, 2001.

---

### Catharina Pinheiro C. S. Lima

Arquiteta pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP, onde é professora do Departamento de Projeto e do Programa de Pós-graduação. É pesquisadora do Laboratório de Paisagem, Arte e Cultura (Labparc), desenvolvendo, com os professores Vera Pallamin e Vladimir Bartalini, o trabalho **Fenomenologia e Paisagem**, e no âmbito da graduação e pós-graduação, a linha de pesquisa que contempla a participação da sociedade no projeto de **Espaços Livres Públicos**.  
Rua do Lago, 876. Cidade Universitária  
05508-080 – São Paulo, SP  
(11) 3091-4535 • cathylinheiro@gmail.com • aup@usp.br

### Caio Boucinhas

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Foi secretário de Obras e Transportes da Prefeitura de Osasco, diretor técnico da Cohab-SP e diretor do Depave da PMSP, professor visitante no Prourb da UFRJ e professor convidado na FAUUSP. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, é pesquisador do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab FAUUSP) e professor da FiamFaam.  
Rua do Lago, 876. Cidade Universitária  
05508-080 – São Paulo, SP  
(11) 3091-4546 • cboucinhas@uol.com.br • labhab@usp.br